



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE SEXUALIDADE

Maria Vitoria Gomes Elias (Bolsista PIBIC-Jr-Colégio Estadual Rainha da Paz)

Micaias Mozzer de Oliveira (Bolsista PIBIC-Jr-Colégio Estadual Rainha da Paz)

Lucas Candido (Bolsista PIBIC-Jr- Colégio Estadual Rainha da Paz)
Verônica Francisqueti (Bolsista PIBIC- Graduanda de Enfermagem- UNESPAR) veronicafrancisqueti@hotmail.com

Amanda Geisy Hoeckele (Graduanda de Enfermagem- UNESPAR)-
amandageisy@hotmail.com

Maria Antonia Ramos Costa (Orientadora- UNESPAR), e-mail:
enfunespar1982@hotmail.com

Resumo:

Reconhecendo a vulnerabilidade do grupo jovem, de 15 a 24 anos de idade, às repercussões sobre o processo saúde-doença advindas das determinações socioeconômicas e políticas da reforma do estado, o Ministério da Saúde ampliou a especificidade no atendimento em saúde à faixa etária de 10 a 24 anos. Sendo assim, é fundamental que a saúde desse segmento populacional seja incluída nas análises de situação sanitária para orientar a construção de estratégias, integradas com as ações, programas e políticas em desenvolvimento no país, principalmente para a promoção da saúde; na prevenção aos agravos e enfermidades resultantes do uso abusivo de álcool e de outras drogas e dos problemas resultantes das violências; na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, à saúde sexual e à saúde reprodutiva, notadamente à gravidez na adolescência. Neste aspecto essa pesquisa tem como objetivo analisar o conhecimento dos adolescentes do ensino médio sobre a sexualidade. Foi utilizada a pesquisa-ação e abordagem quantitativa. Observou-se que apesar do tema não ser novidade entre os adolescentes, muitos conhecem pouco ou desconhecem formas de contágio e prevenção. Até mesmo aqueles que já participaram de palestras ou trabalhos educativos sobre prevenção às DST/AIDS alegaram ter pouco conhecimento.

Palavras-chave: adolescentes, promoção a saúde, sexualidade

Introdução

A adolescência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), correspondente à idade entre 10 anos á 19 anos e 11 meses, a legislação brasileira por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

adolescente a idade de 12 a 18 anos de idade (OLIVEIRA, 2008; BRASIL, 1990).

É uma fase caracterizada por modificações biopsicossociais, definida pelo anseio de descobertas, experimentação em busca da autonomia e sexualidade (TOLEDO; TAKAHASHI; DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, 2010).

Os adolescentes e jovens são mais vulneráveis as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), em virtude da realização de práticas sexuais sem proteção, a busca de vivenciar algo novo e anseio de sentir riscos (COELHO, et al, 2011; TOLEDO; TAKAHASHI; DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, 2010).

O declínio na transmissão das DSTs é subordinado a alterações no comportamento dos adolescentes e jovens, onde se é almejado a realização do sexo seguro (COELHO, 2011).

Diante deste contexto o presente estudo tem como objetivo analisar o conhecimento dos adolescentes do ensino médio sobre a sexualidade.

Materiais e métodos

Este trabalho é resultado do Projeto de iniciação a pesquisa Junior (PIBIC-Jr) da Universidade Estadual do Paraná em parceria com o Núcleo Regional de Ensino e financiada pela Fundação Araucária. Foi realizada uma pesquisa tipo pesquisa-ação com abordagem quantitativa, na qual no primeiro momento utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário que abordou aspectos da caracterização dos adolescentes como idade, sexo, escolaridade, e aspectos do conhecimento sobre sexualidade, gravidez, DST/AIDS e drogas. Participaram da pesquisa 175 alunos do período matutino de um colégio do município da região noroeste matriculados no ensino médio no ano de 2015. Os alunos obtiveram autorização dos pais para participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre esclarecido, e após



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

receberam o questionário para responder. Os dados coletados foram armazenados em planilhas do Excel e tabulados em médias e porcentagens que foram apresentados em tabelas.

Resultados e Discussão

Dos participantes da pesquisa 55% eram do sexo masculino e 45% feminino, todos matriculados no 2º e 3º ano do ensino médio no ano de 2015.

Ao serem questionados sobre o uso do preservativo durante as relações sexuais 84% dos entrevistados afirmaram que o mesmo deve ser usado em todas as relações sexuais, e 93% concordaram que ter relação sexual sem preservativo é uma possibilidade de contaminação de HIV. A maioria dos entrevistados (64%) expôs que o uso de preservativo se faz necessário com todos os parceiros sexuais e não apenas com parceiros eventuais. Grande parte dos adolescentes (89%) concordaram que é necessário para a prevenção das DST/AIDS ter diálogo franco com pessoas com quem fazem sexo. Ao serem questionados sobre o uso do preservativo e alteração no prazer, 50% dos entrevistados relataram que o uso de preservativo diminui o prazer, enquanto 49% relatam não haver diminuição no prazer. 93% dos adolescentes sabem que feridas no pênis, ânus e na vagina facilitam a entrada de vírus da AIDS.

Foi observado que o paradigma de que as DSTs são doenças que se adquire somente com as prostitutas e homossexuais está sendo quebrado, pois dos entrevistados 75% assinalaram como sendo falso que doenças sexualmente transmissíveis são aquelas que se pega com as prostitutas e 97% também consideraram falso que só pega AIDS quem é homossexual.

A maioria dos adolescentes 78% concordou que só é adquirida uma DST se o parceiro for portador da doença; e 92% afirmam que instrumentos que furam ou cortam não esterilizados podem transmitir a AIDS. Grande parte dos entrevistados (81%) concorda que existe relação entre drogas/ AIDS/



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

gravidez na adolescência. Os adolescentes foram questionados se já participaram de algum trabalho educativo sobre a prevenção das DST/AIDS sendo que a maioria 58% afirmou que não participaram. Faz-se necessário realizar a educação sexual na sociedade, visto que são apresentados pela comunidade aos adolescentes inúmeros estímulos eróticos, entretanto não oferecem locais onde os mesmos reconheçam a sua sexualidade e seu próprio corpo. Desta forma é extremamente importante expor o tema da sexualidade na sua realidade, para os adolescentes, responsáveis/pais e educadores para que aconteça o desenvolvimento de uma vida sexual mais consciente e saudável (MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011). A maioria dos entrevistados (46%) relatou ter interesse em participar de outros trabalhos educativos sobre a sexualidade DST/ AIDS e 9% relataram não saber se tem interesse, entretanto 71% dos adolescentes assinalaram no questionário nenhum tema e assunto que gostaria que fosse abordado, 13% gostaria que fosse abordado sobre DST, 5% sobre sexualidade e 9% em relação à gravidez.

Foi perguntado sobre o nível de conhecimento sobre algumas temáticas, onde os dados mais relevantes foram: Em relação à sexualidade humana, os mitos, tabus, conceitos e valores, a maioria dos entrevistados (65%) relatou conhecer pouco sobre a temática; a saúde reprodutiva 54% afirmaram conhecer pouco; DST 59% assinalaram conhecer pouco; HIV/AIDS 56% conhece pouco; Drogas 27% conhece muito sobre o tema.

Considerações finais

É necessário enfatizar que a produção de saúde para adolescentes e jovens não se faz sem que haja fortes laços intersetoriais que abram canais entre o setor saúde e a participação e colaboração de outros setores, e da própria comunidade, especialmente das pessoas jovens e suas famílias, uma vez que as necessidades de saúde ampliada, dessa população, ultrapassam as ações do setor saúde.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

Agradecimentos

Fundação Araucária

Referências

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

COELHO, Rui Flávio de Souza; SOUTO, Thays Garcia; SOARES, Leonardo Ribeiro; LACERDA, Luciene Cunha Monteiro; MATÃO, Maria Eliane. **Revista de Patologia Tropical**, Goiânia, 40 (1), jan-mar, 2011.

MAROLA, Caroline Andreia; SANCHES, Carolina Silva Munhoz; CARDOSO, Lucila Moraes. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, 33 (2): 95-118, 2011.

OLIVEIRA, T C; CARVALHO, LP; SILVA, M A. O enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Rev Bras Enferm**, Brasília, 61(2): 306-311, 2008.

TOLEDO, Melina Mafra; TAKAHASHI, Renata Ferreira; DE-LA-TORRE-URGARTE-GUANILO, Mónica Cecilia. Elementos de vulnerabilidade individual de adolescentes ao HIV/AIDS. **Rev Bras Enferm**, Brasília, 64(2): 370-375, mar-abr, 2010.